



MARISQUEIRA É PESCADORA: MULHERES NEGRAS DO QUILOMBO DE SÃO BRAZ – SANTO AMARO, BAHIA¹

Roseni Santana Calazans²

Resumo: Este artigo aborda as representações e hierarquias de gênero transmitidas, reforçadas e desafiadas nas atividades de pesca e mariscagem entre os moradores de São Braz, localidade de Santo Amaro, cidade do Recôncavo da Bahia. Trata-se de uma população que luta pela titulação como território quilombola, tendo sido certificada pela Fundação Palmares em 2009. Por meio do método etnográfico, foi constatado que, na formação das identidades laborais, trabalhos leves e que requerem paciência são considerados eminentemente femininos, como a mariscagem, enquanto os pesados são eminentemente masculinos, como a pesca. O manguezal, a lama, é atribuída à mulher, enquanto ao homem é atribuída a água corrente. Tais representações alimentam expectativas sobre o desempenho laboral de homens e mulheres, reforçando hierarquias e subalternizando o trabalho feminino, mas também são desafiadas pelas mulheres pescadoras.

Palavras-chaves: Identidades de gênero; Mulheres negras; Marisqueiras. Quilombo.

FISHERWOMAN: BLACK WOMEN OF THE SÃO BRAZ MAROON - SANTO AMARO, BAHIA

Abstract: This article deals with the representations and hierarchies of genre transmitted, reinforced and challenged in the activities of fishing and shellfish among the residents of São Braz, locality of Santo Amaro, in Recôncavo of Bahia. It is a population that fights for the title as maroon territory, having been certified by the Palmares Foundation in 2009. Through the ethnographic method, it has been observed that, in the formation of labor identities, light and patience work is considered eminently feminine, like shellfish, while heavy ones are eminently masculine, such as fishing. The mangrove, the mud, is attributed to the woman, while the man is attributed to running water. Such representations fuel expectations about the work performance of men and women, reinforcing hierarchies and subordination women's work, but are also challenged by women fishers.

Palavras-chave: Gender identity; Black women; Shellfish; Maroon

MARISQUEIRA EST PÊCHEUSE: FEMMES NOIRES DE MORRONNE DE SÃO BRAZ – SANTO AMARO, BAHIA

Résumé: Cet article explique les représentations et les hiérarchies entre les sexes transmis, renforcé et a contesté dans les activités de pêche et de la mariscagem parmi les habitants de São Braz, localité de Santo Amaro, ville de Recôncavo de Bahia. Il s'agit d'une population qui se bat pour le titrage comme territoire de Quilombo, ayant été certifié par la Fondation Palmares en 2009. Par le biais de la méthode ethnographique, il a été constaté que, dans la formation des identités, l'emploi et travail exigeant patience sont considérés comme éminemment féminins,

¹ Agradeço à Prof. Dr^a Zelinda Barros (PPGCS/UFRB) pela leitura crítica e revisão do artigo.

² Mestra em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), discente do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais na UFRB.



telles que mariscagem, tandis que les lourds sont éminemment masculine, comme la pêche. La mangrove, boue, est assignée à la femme, tandis que l'homme est attribué à l'eau courante. Ces représentations nourrissent des attentes concernant le rendement au travail des hommes et femmes, renforcer les hiérarchies féminines et subalternizando fonctionnent, mais sont également contestées par les pêcheurs de femmes.

Mots-clés: les identités de genre; Femmes noires ; Restaurants de fruits de mer. marronne

MARISQUERA Y PESCADORA: MUJERES NEGRAS DEL QUILOMBO DE SAN BRAZ – SANTO AMARO, BAHIA

Resumen: El presente artículo presenta las representaciones y jerarquías de género transmitidas, reforzadas y desafiadas en las actividades de pesca y marisco entre los vivientes de San Braz, localidad de Santo Amaro, ciudad del Reconcavo de Bahia. Se trata de una población que lucha por su titulación como territorio quilombola, ha sido certificada por la fundación Palmares en 2009. Por medio de los métodos etnográfico, fue constatado que, en la formación de las identidades laborales, trabajos leves y que requieren paciencia son considerados casi siempre femeninos, como el trabajo con marisco, mientras los pesados son predominantemente masculinos, como la pesca. Los manglares, la lama es atribuida a la mujer, mientras el hombre el agua corriente. Tales representaciones alimentan expectativas sobre el desempeño laboral de hombre y mujeres, al mismo tiempo que refuerza jerarquías y propone la subalternidad del trabajo femenino, pero también son desafiadas por las mujeres pescadoras.

Palabras-clave: Identidades de género; Mujeres negras; Marisqueiras. Quilombo.

Este artigo é uma síntese do primeiro capítulo de minha dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, intitulada: “Por que a pescadora é marisqueira? Identidade de gênero no quilombo de São Braz – Santo Amaro/Bahia”, defendida em 2013, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Nele, mostro como se constroem as relações laborais entre os moradores de São Braz no ambiente de trabalho da pesca e mariscagem, atentando para as fronteiras demarcadas pelas relações de poder entre homens e mulheres, que estabelecem hierarquias de gênero.

Teceremos considerações de natureza analítico-reflexivas em relação a dois pontos cruciais: as representações e as hierarquias de gênero acionadas, transmitidas e reforçadas no processo de trabalho. Além de identificar estas representações e hierarquias de gênero, abordaremos questões referentes ao conflito interno instituído, uma vez que este se apresenta como parte integrante dos processos identitários, estabelecido a partir das relações de poder e da formação de fronteiras, desvelada no diálogo contraditório entre as representações e agência de indivíduos do grupo. Tais



reflexões surgiram no trabalho etnográfico realizado na comunidade em 2012, período da graduação em ciências sociais, e se desdobraram numa pesquisa de maior folego em 2016, durante o Mestrado.

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, cujos indicadores utilizados são os discursos e ações de homens e mulheres no e sobre o trabalho. O método etnográfico me aproximou dos moradores e possibilitou o entendimento de seu modo de vida, pois pude conviver com eles e identificar suas dificuldades, representações a respeito delas e estratégias para superá-las ou lhe dar com as mesmas.

Realizei entrevistas em profundidade, e entrevistas abertas com homens e mulheres de várias idades. Foram realizadas 19 entrevistas, quase todas no local de trabalho das/os entrevistadas/os, o que favoreceu a compreensão dos assuntos abordados. Apenas no momento de captura do pescado ou marisco, no mar ou no manguezal, que não foi possível a realização das entrevistas, pois estes lugares de água e lama demandam concentração. Como critério de seleção, foquei em homens e mulheres do local que se definem como pescador/a e/ou marisqueira. O interesse maior foi por pessoas que estivessem exercendo a atividade de pesca e/ou mariscagem, não descartando, todavia, as que já exerceram, mas que não as realizam no momento por estarem aposentadas, realizando outra atividade, ou qualquer outra razão. As mulheres que entrevistei foram tanto as que se auto declaravam pescadoras como as que se declaravam marisqueiras.

A COMUNIDADE DE SÃO BRAZ

A comunidade de São Braz está localizada a 4 km de Santo Amaro da Purificação, município do Recôncavo da Bahia, do qual faz parte. Via BA 878, em direção ao município de Saubara, a comunidade é a primeira via à esquerda que fica a 3 km do entroncamento. São Braz vem vivenciando conflitos e resistindo aos mesmos desde tempos remotos. Além dos conflitos relacionados à posse da terra e à garantia do trabalho, a comunidade continua enfrentando vários problemas derivados da poluição do Rio Pitinga, área de pesca e mariscagem, pois o referido rio passa por Santo Amaro e suas águas poluídas pelos dejetos da fábrica de papel Penha Papeis deságuam na maré, onde os moradores exercem a atividade.



Destaco também a contaminação por materiais pesados como chumbo e cádmio pela fábrica de chumbo implantada em Santo Amaro em 1960, pela empresa francesa *Penarroya Oxide AS*. A fábrica se encontra fechada, mas os impactos continuam afetando os moradores da região, que sofrem com a contaminação por estes materiais pesados. O estopim do conflito se deu em 2009, com a ameaça da construção de um megaempreendimento turístico e hoteleiro pela empresa *Propert Logic*, na Ilha de Cajaíba, uma das áreas utilizadas como sustento pelos moradores e comunidades circunvizinhas. A população de São Braz se vê motivada a se organizar e lutar contra outras formas de territorialidade prestes a serem impostas com a chegada do empreendimento *Eco Resort Golf Ilha de Cajaíba*.

A ameaça à subsistência dos moradores provocou um conflito que desembocou na reivindicação da identidade quilombola por parte da comunidade. Tal reivindicação se sustenta no Decreto Federal 4.887/2003 e visa a garantia do território e de um modo de vida próprio e se constitui numa forma de acessar direitos coletivos. Em seu Artigo nº 68, a Constituição Federal de 1988 aponta que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os títulos respectivos” (Brasil, 1988). Com o intuito de obter o reconhecimento da propriedade definitiva e garantir a permanência e a manutenção de suas culturas, em 2009 os moradores se articularam política e coletivamente assumindo a identidade quilombola, uma identidade política em busca de direitos.

No decorrer do processo de organização e luta pela manutenção do território, os moradores lançam mão de sinais que vão caracterizar sua pertença étnica, os quais Fredrik Barth denomina *diacríticos*, ou seja, “as características que as pessoas procuram e exibem para demonstrar sua identidade, tais como vestuário, moradia ou estilo geral de vida” (Barth, 1998, p.194).

A comunidade de São Braz é caracterizada por um modo de vida próprio, que se expressa pelos processos realizados nas atividades da mariscagem e pesca artesanal e nas territorialidades, entendidas como o “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’” (Little, 2002, p. 03).



O território é configurado pela forma de ocupação e reprodução sociocultural do grupo, pelas obras das pessoas no decorrer da história, seja através de casas, plantações, portos, etc. (Santos, 2014, p. 62). Em São Braz, o território foi historicamente produzido pelas atividades laborais, lúdicas e religiosas do grupo em uma história de resistência e luta pela manutenção do modo de vida. Como argumenta Milton Santos, a configuração territorial “é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada” (Santos, 2014, p. 62).

A pesca e a mariscagem se constituem como principal meio de vida para os moradores locais e, neste sentido, são eleitas como sinal diacríticos por se constituírem como atividades de subsistência tradicionalmente realizadas pela coletividade.

Na pesca e mariscagem as identidades são configuradas por termos puramente normativos, que estabelecem uma divisão de gênero na realização das atividades. Enquanto norma, a categoria de pescador nomeia a figura masculina e a de marisqueira a feminina. Orientada por estas terminologias, a população compreende que os homens desempenham papéis diferentes e, portanto, a eles são atribuídas nomações diferenciadas em relação às mulheres.

Um ponto crucial e que estimula o tema desta pesquisa se encontra na questão que se tornou um nó para os moradores, uma vez que eles não conseguem explicar, mas também não se preocupam em refletir sobre a questão. Os moradores caracterizam a pesca como a atividade pesada, realizada no mar, através da força física, portanto, para os homens, e a mariscagem como a atividade mais leve, realizada na lama, no manguezal, que requer paciência, uma tarefa para mulheres. Estas representações são transmitidas e reforçadas por gerações inteiras por meio das relações de gênero que estabelecem hierarquias entre os moradores.

REPRESENTAÇÕES E HIERARQUIAS SOBRE PESCADOR/A E MARISQUEIRO/A EM SÃO BRAZ

As representações que os moradores de São Braz possuem em relação ao pescador/a e marisqueiro/a são bastante complexas e contraditórias, se comparadas às definições que eles apresentam em relação aos respectivos termos. Como vimos, para os



moradores, quem desenvolve a atividade no mar realiza a pesca, sendo nomeado/a pescador/a, e quem realiza atividades dentro do manguezal ou lama é marisqueiro/a. Entretanto, em entrevistas com membros da localidade, pedi que me explicassem um pouco quem pode se considerar um pescador ou pescadora e quais as atividades exercidas na pesca e a resposta que surgia de imediato enfatizava com muita clareza a existência da divisão de gênero na formação das identidades na pesca e mariscagem.

Não, o pescador porque ele é homem. Ele exercita coisas na maré que tem mulher que não ariscam fazer, como por exemplo, pescar de rede. Tem mulheres, porque é um trabalho muito pesado. Aqui em São Brás só minha irmã, Muri, e uma ou duas mulheres que ariscam a esticar a rede porque é um trabalho bem pesado (Carla, 32 anos Janeiro de 2015).

Marisqueira é porque é mulher, pescador é porque é homem, a única diferença para mim é essa aí (Tuta, 51 anos, marisqueira, fevereiro de 2015).

Percebemos no discurso cotidiano dos moradores, baseada numa análise mais atenta, que apenas os homens são denominados pescadores enquanto as mulheres são as marisqueiras. Carla é uma mulher de 32 anos de idade, se declara marisqueira e reage, numa tentativa de justificar porque a pesca é atividade de homem. Para ela, a pesca é muito “pesada”, é um trabalho realizado sob muita penúria, que exige força, portanto, para o homem.³ Embora nas entrevistas que realizei na comunidade apareçam divergências nas opiniões, onde algumas mulheres consideram que há diferenças entre o trabalho da marisqueira e do pescador, enquanto outras não apontam diferenças, o que é interessante notar é que, independentemente do trabalho que exerçam, homens e mulheres são nominados/as distintamente, o que expressa uma divisão de gênero.

Tuta é moradora da localidade, possui 51 anos de idade e também se afirma como marisqueira. Para ela, não existe diferença entre os trabalhos realizados por homens e mulheres, pois a diferença que ela aponta está relacionada apenas aos termos utilizados para cada um/a. No decorrer da pesquisa, nos momentos em que estive com Tuta, compreendi que ela possui uma percepção de que tanto homens como mulheres possuem a capacidade de realizar as mesmas atividades (com poucas exceções), mas são nominados distintamente, como se a palavra pescador fosse o masculino de marisqueira, da mesma forma que a palavra genro é o masculino de nora, por exemplo.

³ As idades apresentadas neste artigo, correspondem às mesmas idades declaradas na dissertação defendida em 2016, o que significa dizer que os/as entrevistados/as possuíam esta idade no momento da entrevista, sendo que já não possuem a mesma no momento de produção deste artigo.



Esta percepção foi notada também em Cristina, outra moradora local, pois, embora sua opinião se distinga da de Tuta, - que pensa a pescaria e a mariscagem como o mesmo trabalho - afirma que pesca camarão com o esposo e que, portanto, é marisqueira e ele pescador. Para ela, a atividade “tem diferença. Porque mariscar você vai para dentro do mangue, para lama, tirar sururu, tirar ostra e para pescar você pesca no mar com a rede dentro da água” (Cristina, 32 anos, marisqueira, fevereiro de 2015). Cristina tem 32 anos de idade e começou a exercer a atividade desde seus 8 anos, possui sete filhos, os quais sustenta da atividade da pesca e mariscagem juntamente com seu esposo, que também exerce a função.

Como observamos, a compreensão que Carla traz a respeito deste tema segue uma tentativa de explicar a diferença atribuída às identidades reivindicadas por homens e mulheres na área de trabalho da pesca e mariscagem pela força física. Em relação a isso, Tuta também defende a força física como um privilégio para os homens na realização do trabalho

Porque a mulher não vai com a rede, não pega chumbo, aí a gente não faz, eu mesmo não aguento de esticar chumbo como eles fazem, então tem a diferença nisso, no pescador e a marisqueira. Que a rede de arrasto sai 4 h da manhã... 4h da manhã não que agente [mulheres] sai 4 h, depender disso não... É esticar o chumbo, é pescar longe, camarão, que Murico até pesca de ressa⁴, mas eu já não sei pescar de ressa (Tuta, 51 anos, marisqueira, fevereiro de 2015)

Embora Tuta defenda que não existe diferença nos trabalhos realizados por homens e mulheres, como vimos, a trabalhadora pontua aqui duas exceções que distinguem estes trabalhos. Ela também aponta a *força* como um diferencial entre o trabalho de homens e mulheres, a força para pescar de rede - pois tem o chumbo, que é pesado; outro quesito apontado é o *pescar longe* da comunidade, pois a marisqueira mostra o perigo que a mulher está exposta ao ir pescar sozinha em lugares longe da comunidade, pois ela pode ser surpreendida por homens que possam lhes atacar.

A concepção de que a atividade pesqueira é uma condição essencialmente masculina é um dos maiores entraves para uma maior articulação e mobilização das mulheres neste quesito. Elas próprias referem à atividade de pesca como

⁴ A “ressa” é uma modalidade de rede utilizada para capturar peixes que passam na superfície da água. Algumas “ressas” são utilizadas paradas na água, mas na maioria das vezes elas passeiam pela maré, as cortiças existentes servem para mantê-la em cima da água. Existem algumas com malhas menores que outras e são utilizadas de acordo com os pontos de pesca, na captura de espécies específicas.



“algo difícil”. “Trabalho pesado pra homem mesmo, que é quem tem força”. Ou seja, a invisibilidade do trabalho feminino e do esforço que ele requer embaça a percepção que as mulheres têm delas mesmas (Maia, 2013, pg. 37).

O argumento da força para diferenciar a participação de homens e mulheres nas atividades da pesca não se sustenta, na medida em que mulheres da comunidade também são fisicamente capazes de realizar as referidas atividades, como é o caso de “Murico”. “Tem Lúcia, tem Anizia, tem Tuta minha irmã (Maria da Paixão), todas moram aqui, as duas chegaram da maré nestante” (Muri, pescadora/marisqueira, fevereiro de 2015). Além destes nomes que surgem na comunidade, podemos identificar outras mulheres que trabalham intercalando a pesca e a mariscagem, como é o caso de Cristina e outras mulheres que trabalham com os maridos ou filhos.

A referência feita à força como explicação para se excluir a mulher da pesca soa contraditória. Referem-se à força para realizar tarefas tais como puxar rede, manejo de embarcação, força para manusear o leme ou remo (principalmente quando se rema contra o mar), para colher os munzuás, dentre outras.⁵ A contradição no argumento de força entre os moradores está no fato de existirem mulheres que também realizam a atividade da pesca e executam todas estas tarefas com empenho. Pude acompanhar Cristiane em uma pescaria de peixe e, ao mesmo tempo, de sururu e bebe-fumo, onde presenciei a pescadora remar e controlar uma canoa de fibra motorizada de, aproximadamente, seis metros de comprimento, apenas com o auxílio de um remo.⁶ Sabe-se que este tipo e tamanho de canoa são muito pesados para serem manejados por um remo, razão pela qual ela é motorizada. Entretanto, a decidida e simpática marisqueira de 37 anos de idade desempenha esta função com muita habilidade.

A mulher não é sexo frágil, a mulher não é frágil nem tão pouco delicada, vamos dizer, a mulher que labuta com a maré ela é igual ao homem, ela pode fazer o mesmo trabalho, é o mesmo sacrifício de acordar cedo, de ir pra maré, de catar seus próprios mariscos, de procurar alguém pra vender, até porque é seu próprio ganho, sua... é você ter sua renda própria o invés de ficar esperando o marido fazer, ela mesmo corre atrás pra fazer (Carla, janeiro de 2015).

⁵- Espécie de gaiola quadrada feita de tela de pvc com estrutura de tubo de pvc de 20 ou estrutura de ferro utilizado na captura de siri.

⁶- Pequena concha branca que hospeda um pequenino molusco e fica enterrada na areia no fundo do mar ou estuário, sendo possível serem encontradas em bancos de areia encontrados no meio do mar, em pontos específicos.



Aqui vimos uma contradição do argumento da força, mas também da atividade que “compete” à mulher, ou seja, na mariscagem, pois nos processos da mariscagem as tarefas são tão ou mais *puxadas*⁷ do que as da pesca. Ao realizarem a mariscagem, as mulheres de São Braz precisam percorrer uma longa distância de suas residências até o local de trabalho por dentro do manguezal e, portanto, muitas vezes também precisam usar embarcação, o que exige habilidade e força para o manuseio das mesmas, e elas conseguem executar com precisão e eficiência.

Percebe-se que as representações começam a se confundir na medida em que aprofundamos a reflexão sobre as categorias ou identidades estabelecidas, pois, embora haja uma referência à mulher pescadora e ao homem marisqueiro no momento em que os moradores enumeram as categorias existentes na comunidade, no processo de identidade são estabelecidas hierarquias ao separar o a) *pescador*, b) *marisqueira*, c) *caranguejeiro*. As hierarquias são delimitadas a partir do momento em que surgem as características das identidades constituídas, o que mostra que as mulheres vão assumir a identidade cujas atividades que a caracteriza são inferiorizadas. O que bem ilustra Grossi (2004) ao se reportar ao trabalho de Álvaro Pereira sobre o homem na enfermagem, onde, mesmo havendo mil enfermeiras num hospital e apenas um enfermeiro, este um enfermeiro ocupava o cargo de chefia.

Embora alguns moradores identifiquem algumas mulheres como pescadoras, no decorrer da pesquisa, especialmente nos diálogos, pude constatar que suas colocações vão reforçando ainda mais a representação que possuem a respeito das identidades diferenciadas, mostrando de forma mais forte como tais identidades são configuradas a partir da relação de poder estabelecida entre homens e mulheres na comunidade. Os moradores utilizam os termos que nomeiam os pescadores e as marisqueiras, entretanto, a utilização dos termos não condiz com a definição e representação que eles possuem do próprio termo, representação esta que é comum entre a coletividade.

Para Carla, “o pescador ele conhece a hora de maré, no caso quando ela tá vazando, ela tá enchendo, os ritmos que a maré faz, quando tá na preamar, na baixamar, várias coisas” (Carla, 32 anos, janeiro, 2015). Atualmente, ela ocupa o cargo de coordenadora administrativa da Associação Quilombola e, a partir desta posição, compõe o Movimento das Pescadoras e Pescadores Artesanais (MPP). O Movimento

⁷ Pesadas, de difícil execução.



surge como espaço de conhecimento, organização e reivindicação dos direitos de pescadoras(es) e quilombolas até então negados, este é formado por lideranças de associações quilombolas, indígenas e de pesca/mariscagem. Observa-se no discurso de Carla, assim como nos de vários moradores locais, que a atividade da pesca está inteiramente interligada ao ambiente do mar, enquanto a mariscagem com o da lama. “A pesca em si, na minha concepção, a pesca você vai pescar o camarão, o peixe e as outras coisas que vem de arrasto, que se arrasta” (Carla, Janeiro, 2015).

A pesca é, portanto, realizada dentro da água do mar, embarcado e, portanto, exige conhecimentos a respeito do movimento da maré. “E a marisqueira é a que tá dentro do mangue. Ela conhece o mangue todo, na minha concepção” (Carla, Janeiro de 2015). A mariscagem, por sua vez, se caracteriza por ser uma atividade exercida dentro do manguezal ou no beneficiamento de mariscos.

Em uma reflexão a respeito das intervenções do Estado em comunidades tradicionais do Recôncavo da Bahia, Luciene Assunção da Silva (2010) remete-se à análise de Ellen Woortmann (1992) numa tentativa de separar em três os locais de atividade da pesca e mariscagem, sendo que “no *mar de fora*, os homens são os principais responsáveis, já o *mar de dentro*, fica reservado ao masculino e feminino, enquanto que a *praia*, onde se encontra os mangues e manguezais é reservado às mulheres e as crianças” (pg. 2). Silva (op. cit.) separa muito rigidamente os espaços explorados por homens e mulheres, sem que seja apresentada nenhuma exceção. A autora apresenta o espaço da *praia* como uma área onde ficam os mangues e manguezal, entretanto, a caracterização não pode ser feita de tal forma, uma vez que a praia e o manguezal são áreas completamente distintas. Se, por um lado, a *praia* é uma área coberta de areia que fica na beira do mar, por outro lado, o manguezal é uma área coberta por lama, formada por mangues de diversas espécies, sendo um espaço situado entre o espaço aquático e o terrestre.⁸

No território analisado neste artigo, apesar das atividades laborais femininas serem majoritariamente realizadas no manguezal e as masculinas no mar ou rio, não se pode deixar de pontuar a existência de uma agência feminina voltada para a pesca e também a existência de homens que tiram o sustento do manguezal. Silva (op. cit., p. 2)

⁸- Em alguns casos é comum encontrar manguezais assoreados, o que modifica o cenário de lama no local.



traz as considerações de Nancy Chodorow e Sherry Ortner, considerações estas feitas na década de 1970, para pontuar que na relação de gênero “as mulheres se ocupam de atividades que requerem menor planejamento, ao mesmo tempo em que não as afastam dos domicílios e cuidados com os filhos”.

Como tem sido uma marca das sociedades ocidentais, as atividades realizadas por homens são, em grande medida, concentradas fora dos lares, enquanto as atividades realizadas nos espaços familiares são vistas como atividades não remuneradas e, portanto, atividades para as mulheres, geralmente negras. O trabalho no manguezal, em muitos casos – o que não significa dizer que em todos os locais - durante centenas de anos, era realizado por populações tradicionais quase que no fundo dos quintais das residências. Isso ocorria pelo fato de que estas populações se estabeleciam próximo às áreas de pesca e de mariscagem, ou por situações de estratégia de sobrevivência, ou pela expropriação sofrida pelos grandes latifundiários que se apossavam destas áreas. Desta forma, para realizar as atividades não era preciso se deslocar de seus espaços domésticos, sendo mais um motivo para a atividade dentro do manguezal ser uma atribuição das mulheres, já que precisavam cuidar da casa e das crianças.

Com o passar do tempo, por diversos fatores (desgaste, poluição, dentre outros), o manguezal foi sendo cada vez mais depredado, restando apenas os manguezais mais longínquos e, por isso, também as mulheres precisaram se deslocar cada vez mais longe para realizar o trabalho. A comercialização, um dos processos da cadeia produtiva da pesca e mariscagem, que é de maior atribuição feminina, pode ser observada sua realização cada vez mais fora dos espaços domésticos. Se, por um lado, são atribuídas ao homem as atividades realizadas na esfera pública e, com isso, há tradicionalmente a valorização destes trabalhos, por outro lado, ainda que a mulher realize estes trabalhos fora dos lares, impera uma invisibilização das atividades exercidas por ela.

Ao abordarmos a situação da mulher na pesca artesanal e mariscagem, percebermos que, “a mulher trabalha muito mais do que o homem, sem contar com o trabalho da casa que quando a gente chega ainda vai lavar roupa, depois ainda vai fazer comida, depois sentar, catar” (Tuta, marisqueira, 51 anos, fevereiro de 2015). A fala de Tuta a respeito da trabalhadora da pesca, nos mostra que os trabalhos realizados pelas mulheres são múltiplos em relação aos realizados pelos homens, “por isso que o trabalho pra mulher é mais, porque o homem ele vai e ele chega em casa e pode até



descansar. E a mulher não, a mulher ainda vai cuidar das coisas de casa, ainda vai cuidar de filhos” (Carla, 32 anos, marisqueira, janeiro de 2015). Grande parte das mulheres exerce as mesmas atividades que os homens, mas ainda são responsabilizadas pelos afazeres de casa. Há uma sobrecarga de trabalho para as mulheres, ao mesmo tempo em que seus trabalhos não são valorizados.

Minha mãe morava praticamente na maré. Ela ia de manhã, ferventava o seu siri, ferventava o marisco todo de tarde quando chegava, aí ia carregar água, ia lavar roupa, ia fazer não sei o quê, aí aquele marisco daquele dia já ficava pra o outro dia. No outro dia, cedo ela ia pegar água aqui na fonte pra encher as coisas de dentro de casa de novo, sentava pra catar, quando terminava de catar ela ia de novo pra maré (Carla, 32 anos, Janeiro de 2015).

Carla recorda como sua mãe, há décadas atrás, já tinha uma vida agitada e de grandes responsabilidades. Ela mostra como a mãe tirava o sustento da casa nas atividades da maré, de onde ela fazia a captura do marisco e ela mesma beneficiava em um constante ciclo que envolvia os afazeres de casa e as atividades da maré. “É um trabalho que muitas vezes não é valorizado e você vende, você compra o balde, você vai ferventar, você vai catar e quando você acha um comprador, o comprador acha que tá caro” (Carla, 32 anos, Janeiro de 2015). Percebe-se um acúmulo de trabalho que caracteriza a vida não só de mulheres marisqueiras das gerações passadas, como ainda se mantém entre as gerações contemporâneas. Embora o beneficiamento seja fundamental para a valorização do pescado, o fato deste processo ser realizado por mulheres, o valor oferecido pelo produto fruto do trabalho das mulheres pescadoras e marisqueiras é inferior ao tempo de trabalho por elas dedicado à realização do mesmo. Fassarella (2008) relembra como os dados de pesquisas sobre o tema mostram uma conciliação de tarefas domésticas e atividades profissionais tanto na pesca como fora deste âmbito. Ela salienta que

Além do trabalho profissional, a mulher se divide no dia a dia entre atividades de casa, de cuidados dos filhos, quintal e animais, tarefas que merecem destaque pelo grau de importância que têm para a sustentabilidade do grupo familiar e que, invisíveis, são tidas como trabalho destituído de valor produtivo (Fassarella, op. cit., p. 175).

A invisibilidade do trabalho doméstico ocorreria pelo fato de não ser remunerado. A partir desta análise, surge uma inquietação: e o trabalho da mariscagem,



por que não tem valor social, se gera renda para as famílias? Fassarella mostra que quando a profissão é realizada na própria residência esta é considerada como “bico”, o que atinge as mulheres, uma vez que estas são responsabilizadas pelo processamento dos mariscos e pescados, tarefas realizadas principalmente nas residências. Assim sendo, a baixa remuneração dos trabalhos femininos estaria também relacionada ao encargo doméstico atribuído ao processo de beneficiamento. Uma vez que o processamento é feito para fim de comercialização, o manuseio e preparo de crustáceos, peixes e moluscos, por serem realizados em casa, não descaracterizam a atividade. “Logo, essa atividade não pode ser considerada um encargo doméstico, nem mesmo uma ajuda complementar a renda da família” (Fassarella, 2008, pg. 189).

Como bem pontua Fassarella (Op. cit.), o fato das mulheres se responsabilizarem pelo lar e todas as suas demandas, que permite ao pescador concentrar sua preocupação na pesca, possibilita uma maior capacidade para suportar o desgaste físico-emocional que a atividade provoca. Nesse contexto, a importância do trabalho da mulher é crucial, mas é visto como ajuda.

Outro aspecto que sustenta a desvalorização do trabalho da mulher no âmbito da pesca e, especialmente, na mariscagem, é o fato de que o trabalho da mariscagem é visto como algo desordenado. Entretanto, da forma como está colocado por Silva (op.cit.), se sustenta uma ideia de que a atividade da mariscagem requer menor planejamento do que a pesca, o que não pode ser afirmado, uma vez que a mariscagem é uma atividade onde as marisqueiras precisam planejar com antecedência cada passo do trabalho. Elas planejam com quem irão ao trabalho ou se o realizarão sozinhas (o que é muito difícil de ocorrer), refletem inclusive a respeito do risco que correm ao optarem por realizar sozinhas tal atividade dentro do manguezal; planejam qual tipo de recipiente devem levar para melhor armazenar o marisco. Podem levar para o mangue sacos, baldes plásticos, *colfo*, latas, etc.⁹ Precisam saber também se levarão ferramentas básicas, pois, se forem coletar ostras, por exemplo, precisarão de um facão ou ferro; se forem retirar sururu, precisarão de um gancho de ferro; se forem capturar aratu, precisarão de uma linha de nylon com um pequenino anzol.¹⁰ É preciso planejar o horário de saída para o

⁹ Colfo, espécie de recipiente artesanal confeccionada a base de cipó.

¹⁰ O gancho de ferro é para as pessoas que preferem utilizar a ferramenta ao invés dos dedos, pois muitas preferem arrancar o marisco com os dedos pois a sensibilidade das mãos lhes possibilita a percepção da concha e maior desempenho no trabalho.



manguezal, como também o horário de saída do manguezal para casa e, para tanto, se leva em conta o horário da maré. O horário de saída para o trabalho precisa considerar se irão com embarcação ou a pé, se a área é perto ou longe da comunidade, pois estes detalhes influenciam diretamente no horário de saída. Em tempo de chuva, planejam ir para o mangue e estar em suas casas antes da trovoada ou após a trovoada.

Em casa, na volta do manguezal, ainda o planejamento continua: devem planejar o beneficiamento e a venda, se cozinham o marisco no mesmo dia ou no dia seguinte, se *catam* e vendem imediatamente ou se armazenam, se vendem em casa, na feira, na venda, no restaurante. Se decidirem vender na feira, precisam planejar que horas irão, em que transporte, onde levarão o produto, se em sacos de meio quilo, de um quilo ou duzentos e cinquenta gramas¹¹, se ficam na feira o dia todo ou apenas pela manhã.¹² São inúmeros os planejamentos que requerem a atividade na mariscagem.

Com isso, não se pode afirmar um menor planejamento para a mariscagem se comparada à pesca, nem que as mulheres não estão na pesca, pois observamos que é evidente a agência feminina na pesca, mas, como vimos, mesmo estas mulheres que realizam atividades dentro da maré, atividades com redes, são denominadas marisqueiras: “mesmo que ela pesque, ela é marisqueira” (Carla, 32 anos, janeiro de 2015). “Sou marisqueira, porque as vezes eu vou mais ele [o esposo] assim, quando eu não quero ir para a maré eu vou mais ele pescar. Puxo rede mais ele, dismalho camarão, colho a rede, sou marisqueira. Eu comecei a mariscar com 8 anos de idade” (Cristina, 32 anos, marisqueira, fevereiro de 2015).

A mulher em São Braz, ao participar de qualquer processo da cadeia produtiva da pesca ou mariscagem, sempre será referida como marisqueira. Embora na definição dos moradores esteja explícito que quem exerce a pesca (no mar) é pescador/a, as mulheres que se enquadram neste processo não são denominadas pescadoras como, observamos na fala de Cristina. Ela trabalha com seu esposo na pesca do camarão, no mar, com rede, ela puxa a rede e retira o camarão das malhas (*dismalha*) para pôr no balde e, portanto, seguindo estritamente a definição dos moradores sobre pesca, Cristina seria uma pescadora, mas as representações que permeiam o imaginário e o cotidiano

¹¹ Alguns consumidores dão preferência a comprar porções menores do que os pacotes de 1kg.

¹² O tempo que permanecerá na feira depende do produto e da quantidade de gelo que tiverem levado para a feira para manter o produto mais tempo fresco.



deles afirma que, por ser mulher, ela é marisqueira, como está posto no próprio discurso da trabalhadora. Analisando ainda o discurso de Cristina, percebe-se que o mesmo ocorre com o esposo.

Ele [esposo] é pescador. A diferença é que os homens gostam mais de pescar do que mariscar, mas ele também marisca, ele faz os dois, mas ele pesca mais do que marisca. Ele só vai para o mangue quando a pescaria tá fraca, quando não tá dando camarão aí ele vai para o mangue mariscar, mas quando tá dando camarão aí ele pesca. (Cristina, 32 anos, marisqueira, fevereiro de 2015).

O esposo de Cristina realiza a atividade no mar, assim como ela também exerce atividades dentro do manguezal (ou melhor, eles praticam juntos), mas notamos que a ele é designada a identidade de pescador. Percebe-se, então, uma caracterização diferenciada a partir das identidades reivindicadas, distinção a partir das definições empregadas nas categorias estabelecidas, onde tais definições não condizem com a prática ou realidade dos agentes locais. Uma distinção que está ligada a uma relação de gênero, onde se delimitam hierarquias nos processos das atividades. As identidades não estão ligadas as habilidades existentes nos moradores, mas às agências de gênero estabelecidas a partir da socialização de gênero.

As identidades são sempre diferenciadas, e são diferenciadas pela agência de gênero estabelecida, pois não há atividades que apenas os homens conseguem fazer nem atividades que só mulheres conseguem, “*porque homem também pesca a mesma coisa que a gente pesca: siri, ostra, caranguejo, tudo igual, então pronto, só há diferença no nome pescador e marisqueira*” (Tuta, marisqueira, 51 anos, fevereiro de 2015).

O que ocorre é que a partir da socialização de gênero que se perpetua na comunidade, as representações são moldadas desfavorecendo uma participação mais ativa das mulheres no que seria as atividades do mar (a pesca) e direcionando a ação feminina para as atividades da mariscagem. Embora os moradores distingam entre duas identidades específicas, mostram que tanto o homem quanto a mulher conseguem realizar as mesmas atividades, ou ao menos pontuam mulheres que as realizam tão bem quanto os homens, ou homens que as exerçam tão bem quanto a mulher. Por não saberem precisar o que distingue uma identidade da outra, ao serem questionados, eles se utilizam de respostas curtas e sem muita reflexão como “*pesca é mais para homem*”, mas o que se percebe é que o coletivo possui representações diferenciadas a respeito do



que são as atividades laborais de pesca e mariscagem e do que são as identidades de pescador e marisqueira. Embora estejam intimamente relacionadas, não são as mesmas representações.

A agência feminina na pesca torna-se emblemática em casos como o de Flordinice, conhecida por todos como Muri. Muri é uma mulher de 61 anos de idade, sua história de vida e a forma como ela transita entre as identidades de pescadora e marisqueira, no que se refere ao processo de trabalho da pesca e mariscagem, é demasiadamente interessante. Muri é uma das poucas mulheres na comunidade que evoca e a quem é atribuída a identidade de pescadora. Ela não atribui papéis diferenciados para homens e mulheres na atividade da pesca, não busca diferenciar pesca de mariscagem, tudo é “o trabalho da maré” e as mulheres trabalham mais que os homens.

Muri considera que, para ser pescadora ou pescador, não tem que realizar apenas atividades no mar, é preciso saber mariscar. “Para ser pescador tem que mariscar também, tirar ostra, tirar sururu, o siri” (Muri, pescadora, 25 de janeiro de 2015). Ela realiza atividades na pesca (mar) e na mariscagem (manguezal), na pesca, executa as mesmas atividades que os homens como

Puxar a rede, jogar a rede dentro da água de novo, puxar de novo, tirar os camarão do lixo, jogar o lixo fora, botar o camarão lá no balde e trazer para cá.. Peixe a gente bota em um balde e o camarão no outro, depois vem para casa, leva para a porta da venda, chega as pessoas compram e depois divide o dinheiro e cada qual pega a sua parte, o dono da rede divide uma parte para cada (Muri, pescadora, 25 de janeiro de 2015).

A pescadora não apresenta grandes preocupações com as categorias que lhes são atribuídas, mas como ela realiza todos os processos referentes a pesca e também à mariscagem, por realizar as mesmas atividades que os homens e ainda outras mais, ela não aceita ter um tratamento diferenciado do dos homens, não aceita que seu trabalho seja inferiorizado, desvalorizado. Não aceita ser tratada como diferente num grupo de homens onde tem apenas ela de mulher. Exige ser tratada como igual e ser considerada como uma pescadora já que é assim que eles são tratados.

Nota-se não apenas na visão das mulheres marisqueiras, como também na visão das que pescam e mariscam, a noção de que a mulher para ser pescadora deve ser uma pessoa forte e determinada. “Elas são retadas na maré, Goró até de ressa pesca, sabe o



que é ressa? Aquela rede de nylon que pega camarão” (Muri, pescadora, 25 de janeiro de 2015). Tal representação atribuída à mulher pescadora está relacionada ao fato de que consideram a pesca como uma atividade de atribuição masculina e, portanto, as mulheres que realizam tal atividade são sempre masculinizadas. São consideradas mulheres “*retadas*”, fortes, corajosas ou másculas. A fala de Adilma também mostra a pesca como algo de atribuição masculina.

Adilma é filha de Muri, ela tem 37 anos de idade, é marisqueira e mora com seu companheiro na comunidade. Ao perguntar se já realizou a pesca, ela externa a falta de interesse em fazê-la: “eu nunca fui não, porque é mais coisa de homem, este trabalho é mais para homem (...) a maioria das mulheres não faz este trabalho”. E a reação de Muri diante da declaração da filha enfatiza a existência da masculinização destas mulheres na pesca, quando ela diz logo em seguida: “ela me considera um homem”. Muri é considerada por muitos como pescadora por realizar atividades ditas de homem e reivindica tal identidade pelo mesmo motivo. Diante da representação que permeia o imaginário da população de São Braz, onde a mulher para ser pescadora tem que ser “*retada*”, Muri é masculinizada.

A pescadora comanda sua residência e mora só, é aparentemente séria e agressiva quando, ao usar sua voz de timbre agudo e tom áspero, expressa o que pensa sem ter medo de represálias, frequenta os bares do local e bebe muito, principalmente na companhia de homens, fala muitos palavrões, mantém os cabelos curtos, se interessa por futebol, dentre outras coisas. Tais aspectos nos levam à reflexão sobre a construção da masculinidade a partir da atividade, e aqui atentamos para uma atividade mais relacionada à agressividade na construção do masculino.

Alguns rituais de construção da masculinidade mostram que é, principalmente, no corpo que se constroem as diferenças simbólicas de gênero (Grossi, 2004, p. 7). Na cultura ocidental, a masculinidade é construída pela violência. Na sociedade Kaxinawá, por exemplo, uma população indígena amazônica “os meninos precisam aprender a ser fortes e violentos, às vezes têm que aprender a ser matadores” (Mccallum, 1999, p. 16). A violência marca, portanto uma agência masculina construída para diferenciar os corpos masculinos dos femininos que, por outro lado, são caracterizados pela delicadeza e submissão. Na comunidade tradicional de São Braz, também encontramos tal percepção. Muri tem um gênio forte e não aceita ganhar menos que um homem. Ela



trabalha “de igual por igual” e, portanto, tudo deve ser dividido “de igual por igual”, inclusive o lucro da venda do pescado.

O interessante é que o grupo é formado apenas por homens, entretanto, quando um dos *moços* não pode comparecer, Muri é chamada para compor a equipe, ou seja, uma mulher é chamada para desempenhar o mesmo papel exercido por um homem, o que mostra a consciência de que há na mulher a mesma capacidade de realizar trabalhos ditos de homem. Todavia, ela só é convidada quando um homem se ausenta, ela é uma espécie de pescador reserva, assim como há jogadores reserva no futebol. Contudo, não há um reconhecimento do trabalho de Muri, mesmo quando esta realiza um trabalho dito masculino. Na pesca, o trabalho da mulher é nitidamente invisibilizado, pois as atividades com rede são exercidas majoritariamente por homens e vistas como atividades exclusivas dos homens.

Ito pesca em uma canoa de fibra motorizada. Ele possui uma opinião muito marcante ao demarcar a pesca como um trabalho para homens.

Que pescam, não pescam não, elas podem [...] assim, pelo menos a que eu vejo. Uma, ela vai pescar assim, por exemplo, siri, dali ela passa e dá uma **ajuda** aos homens que estão lá pescando. Ela não sai com eles para pescar, ela tá pescando, tirando ostra e de repente ela vai e ajuda na pesca, que ela também entende, mas ela... A função dela não. Se tá precisando de alguma coisa, se tá puxando a rede, ou suspendendo a rede, na hora que tá suspendendo a rede ou, por exemplo, camarão está pulando na rede, aí ela vai lá e ajuda eles suspenderem a rede para o camarão não sair da rede. Ela tá pescando, não é? Mas ela não foi diretamente com ele para poder pescar com eles, mas se no momento precisar da ajuda dela para pescar ela pesca normalmente como qualquer outro homem, mas ela não sai para pescar com eles (Ito, pescador, 37 anos, fevereiro de 2015, grifo meu).

O pescador se refere especificamente a uma mulher que entende de pesca e realiza a *pesca normalmente como qualquer outro homem*. Ainda que ela *entenda* e saiba realizar e realize a atividade com sabedoria e empenho, vai ser considerada inadequada, fora de seu meio. Como forma de demarcar o lugar da mulher unicamente na mariscagem e fora do ambiente do mar, elas vão ter seus trabalhos inferiorizados. Em meio às identidades de pescador e marisqueira, surge a figura do caranguejeiro, atividade relacionada a retirada de caranguejos no mangue. Na comunidade, a atividade é realizada exclusivamente por homens, sendo considerado um trabalho muito “*duro*”, e, portanto, difícil de ser realizado por mulheres.



O caranguejeiro trabalha exclusivamente com a *tirada* de caranguejo no manguezal, ou seja, “arranca o caranguejo de dentro do buraco” e por ser considerado um trabalho *duro*, apenas os homens realizam em São Braz, no entanto em outras comunidades, como o caso do quilombo de São Francisco do Paraguaçu, por exemplo, uma comunidade quilombola de Cachoeira, no território do Recôncavo da Bahia, são as mulheres que realizam a atividade.

O trabalho no mangue é atribuído às mulheres, o que leva a uma resistência dos homens a realizar atividades neste ambiente. A captura do caranguejo é realizada dentro do manguezal, mas na comunidade se perpetua uma representação desta como uma atividade de atribuição masculina e que demarca a identidade de homens como caranguejeiro. Os homens resistem em declarar que executam atividades de captura de mariscos no mangue, mas

Se for tirar um caranguejo aí para eles tá bom, porque aí eles já acham que é trabalho de macho, porque já é mais braçal. Eles pensam assim. E tirar ostra, tirar sururu é mais leve, aí eles não vão, aí eles vão, vão para dentro do mangue pegar o quê? Pegar caramuru. Eu não vou pegar caramuru porque é arriscado (Tuta, 51 anos, marisqueira, fevereiro de 2015).

A grande questão posta na divisão sexual do trabalho que separa atividades no mar e atividades no mangue está inteiramente relacionada com a reflexão que abrange o dilema da força física. Aos homens cabem as atividades *pesadas*, enquanto que as mulheres são responsabilizadas pelos trabalhos leves. O fato da captura do caranguejo ser considerado um trabalho *duro* justificaria a atuação do homem dentro do manguezal realizando uma atividade em contato com a lama, uma vez que, de acordo com suas próprias representações, as mulheres não seriam capazes de fazê-lo.

Ainda que a captura do caranguejo seja uma atividade efetivada dentro do manguezal, como a captura de vários outros mariscos, os homens que a realiza não assumem a identidade de marisqueiro e sim de caranguejeiro. Surge outra identidade que os diferenciam da mulher, isso confirma a distinção a partir das questões de gênero que impõe papéis diferenciados para homens e mulheres. Reivindicar para si a identidade de marisqueiro significa afirmar que realiza e compartilha com as mulheres as mesmas atividades.



A maior parte das atividades realizadas no Quilombo de São Braz formam identidades que implicam em relação de poder. No trabalho da pesca e da marisqueira, as hierarquias se apresentam nas representações dos moradores onde consideram o trabalho das mulheres como ajuda. Tal representação se configura a partir da forma como a legislação brasileira tem tratado a participação destas mulheres na cadeia produtiva da pesca, onde o trabalho feminino tem sido considerado como apoio ao trabalho do homem.

As representações que os moradores possuem das identidades de pescador e marisqueira são acionadas com mais intensidade na arena pública, nos momentos de interesses e negociações políticas. De modo geral os trabalhadores não refletem sobre as representações, pois estas já estão postas em seus imaginários, ou seja, foram naturalizadas. São, entretanto, transmitidas no cotidiano dos moradores de geração em geração na realização do processo de trabalho da pesca e marisqueira, tais transmissões são habitualmente reforçadas neste processo de difusão do conhecimento, onde não há qualquer questionamento por parte dos aprendizes.

Na cadeia produtiva da pesca, os processos que envolvem a atividade são a captura, o beneficiamento e a comercialização. Destes processos, na maioria das vezes, as mulheres ficam responsáveis por duas destas etapas, cabendo ao homem apenas uma delas. Os homens, muito raramente, realizam os três processos, cabendo a eles a atividade de capturar, seja em alto mar ou em menor escala, no mangue.

Por outro lado, nas atividades do mangue, as mulheres realizam os três processos, apenas a captura no mar que ocorre com menos intensidade. São, para tanto a marisqueira, mas “marisqueira que faz tudo na maré: pesca de rede, costura rede, e pega ostra e pega sururu. E tem pescador que só vai mesmo pescar e vem para casa, não faz mais nada, só fica na porta da venda bebendo junto comigo” (Muri, pescadora, 61 anos, fevereiro de 2015). Com este entendimento, Muri percebe a pesca como uma atividade específica, apenas na maré, enquanto a marisqueira é uma atividade mais completa, na maré e no manguezal, a marisqueira, portanto engloba os processos da pesca.

A hierarquia estabelecida pode ser percebida não apenas na área da pesca e marisqueira como também em áreas como comércio, agricultura, dentre outras, onde os homens são privilegiados. Sherry Ortner (1979) já mostrava que o elemento de ideologia cultural e as colocações informativas desvalorizam de maneira explícita as



mulheres e também suas tarefas, papéis, meios sociais e produtos em comparação ao homem.

Tal subalternidade feminina foi por muito tempo respaldada no determinismo genético que defendia a inferioridade entre machos e fêmeas por diferenças inatas. Desta forma, pensava-se uma condição feminina associada ao aparelho reprodutor (biológico). A relação *homem/mulher*, quando associada à dicotomia *natureza/cultura*, explicita a subalternidade feminina, onde a mulher estaria mais próxima da natureza, numa ideia de que a *natureza feminina* seria imutável. Por outro lado, o homem é associado à cultura num sentido relacionado à diferença, o homem visto como um ser superior em relação à mulher.

Na contemporaneidade, podemos visualizar esta relação nos processos da pesca e mariscagem, onde a mulher possui a identidade de marisqueira. Mariscagem enquanto atividade realizada em grande parte com as mãos e os pés dentro do manguezal, lançando o corpo em contato direto com a flora e a fauna que forma aquele ambiente, com a lama, com a natureza. Esta natureza que, por muito tempo, foi usada para se referir à figura feminina, num sentido de invisibilizar o trabalho das mulheres. A mulher relacionada à natureza seria um personagem incapaz de criar e transformar.

A mariscagem é realizada diretamente com a natureza, os indivíduos sendo inevitavelmente contagiados por aquele espaço que forma o manguezal. Na realização das atividades, seja ela *pegar siri*, *tirar ostra*, *tirar caranguejo*, *tirar sururu*, *pegar aratu*, dentre outras, as pessoas ao chegarem ao local apenas iniciam o trabalho quando entram no mangue, quando descem da canoa, se tiver sido o caso, pois podem ter ido a pé, enfrentando uma longa caminhada. Na área planejada, andam por dentro da lama e os seus conhecimentos especiais ajudam para que não caiam num buraco mais profundo, mas, em todo caso, os corpos são sempre tragados pela profundidade da lama, inúmeras vezes, grandes partes (até o umbigo) ficam submersas na lama.

De modo geral, não há a flexibilidade para a inovação ou transformação no ambiente do manguezal, ao menos uma transformação capaz de desconectar o corpo humano do ambiente na realização da atividade. Os mariscos são capturados, coletados, tirados, arrancados ou não, e a única forma é o contato direto. A coleta é feita por unidade e exige paciência, determinação, força de vontade e, na maioria das vezes, as



mulheres precisam sentar na lama, ficar agachada, ajoelhada, assumindo posições que os homens se recusam fazer por puro machismo (como ficarem *de quatro*).

Homem só quer saber mesmo da pesca. Tem sim, tem uns que tem vergonha sim, porque são machistas, porque acham que só é trabalho da mulher. Tirar uma ostra, tirar um sururu não é trabalho de homem (Tuta, 51 anos, marisqueira, fevereiro de 2015).

A marisqueira explica sua percepção a respeito dos homens da comunidade em relação ao trabalho da mariscagem. Apenas os homens que não tem vergonha de serem vistos dentro do manguezal realizam o trabalho. Muitos são os que têm vergonha de exercê-lo por considerar humilhante realizar atividade de atribuição feminina. Aqui está posto o machismo, a vergonha da lama. “É como eu lhe falei aqui nestante, é como eles falam. Homem é... Como é? Homem é machista. Tem alguns machistas” (Tuta, 51 anos, marisqueira, fevereiro de 2015). A marisqueira insiste em suas declarações que há um preconceito para com o trabalho das mulheres. Para ela apenas o machismo justifica a resistência dos homens a atividades da mariscagem.

Em oposição a esta “natureza imutável” da mulher marisqueira, é apresentado o homem pescador, cujo trabalho da pesca ocorre com o uso de instrumentos como redes, anzóis ou varas. O que lançaria o homem na posição de *cultura* e, portanto, um ser transformador, superior em relação à mulher. A forma de realização da atividade está em constante transformação, a captura do peixe, por exemplo, era realizada com redes feitas de cordão e, hoje em dia, as redes são confeccionadas com nylon, um tipo de material de maior durabilidade, pois o cordão apodrecia em contato com a água.

A canoa de fibra em certa medida substitui a de madeira e o motor vem substituindo o remo, por ser mais rápido e menos cansativo e possibilita que o trabalho seja realizado mais distante, o que favorece em relação a competição por local nas proximidades da comunidade. O ambiente da maré favorece a transformação na realização das atividades. É possível ressignificar o uso de instrumentos e criar novas formas de captura do pescado. Os instrumentos utilizados estabelecem uma separação ou distanciamento entre o corpo do indivíduo e a natureza, a água, a lama.



A captura do siri, que era feita com o *jereré* ou *cupicheu*, hoje é feita com o *munzuá*.¹³ A cultura transformadora e símbolo da diferença distingue o homem da mulher, portanto uma distinção entre a cultura e a pesca da natureza e mariscagem. Esta diferenciação que envolve homens e mulheres, muito discutida a partir de diferenças biológicas, é debatida e analisada hoje a partir da relação de gênero estabelecida entre ambos. Neste sentido, as diferenças entre homens e mulheres na comunidade de São Braz, principalmente no que se refere as atividades laborais, também não podem ser justificadas pelas diferenças biológicas, senão por uma divisão de gênero. Podemos observar a divisão de gênero acionada, transmitida e reforçada nas relações dos pais com os filhos, em que desde cedo meninos e meninas são submetidas a processos de socialização de gênero diferenciados.

Os processos das atividades são exercidos de forma que as hierarquias sejam reforçadas. A pesca sempre realizada com o auxílio de uma embarcação possibilita ao homem atuar remando-a e/ou governando-a, cujo ato lhe trará *status*. Embora exista a agência feminina neste exercício, é algo que ocorre com a percepção de que esta não é uma tarefa para mulheres.

Eu também sei remar, mas governar eu já não sei. Porque remar todo mundo pode pegar... Todo mundo quer dizer, né... Pode pegar o remo e remar, mas governar pra você saber aonde é que você... A direção na maré, você ter o controle da canoa, tem muitas mulheres que sabem. Eu já não sei governar. Porque tem quem reme, remar você aprende a remar assim como governar, mas governar é mais difícil porque você dá a direção na maré, você tem que dar direção na canoa (Carla, marisqueira, 2015).

Governar a canoa, assim como governar a casa e a família, são responsabilidades que envolvem relação de poder, a casa e a família ocidental aponta o homem como o provedor, o líder, quem governa. A canoa, por sua vez, é um dos principais instrumentos que regem o mundo da pesca artesanal, e governá-la é um ato de extrema responsabilidade para o *popero*, é ele quem tem o controle, quem dá a direção da embarcação e, portanto, é o principal responsável por conduzir a embarcação para o melhor *ponto* de pesca e disso depende o alimento do dia das famílias representadas pelos tripulantes. Quando Carla fala que “*tem muitas mulheres que sabem*” governar a

¹³ - *jereré* - um arco de arame ou ferro preso a uma rede de malhas pequenas com um suporte para o apoio das mãos



canoa, ela mostra que esta é uma função de homens, e estas mulheres que governam são vistas como exceção, assim como são vistas como exceção as mulheres chefas de família, mais uma atribuição que demarca a fronteira entre homens e mulheres numa hierarquização a partir da relação de gênero.

Outro fator extremamente relevante para se pensar a superioridade da pesca na hierarquização das atividades exercidas na *maré* é o fato de que a água é vista como algo que limpa o corpo, enquanto a lama suja. “Tem homem que tem vergonha de dizer que é marisqueiro porquê da lama, não quer se sujar, já a pesca não, só suja o pé. É só limpar e chega em casa limpo” (D. Zefa, 65 anos). D. Zefa, uma marisqueira aposentada da comunidade declara que os homens têm vergonha de se identificar como marisqueiros porque isso os caracterizam como trabalhadores do manguezal e, portanto, como pessoas que trabalham na lama. Daí a presença massiva de homens na pesca, pela questão da vergonha de se sujar com a lama do mangue. Neste imaginário sexista secular, os homens personificados como uma figura superior não podem ser inseridos em um espaço de natureza desordenada como se é pensado o ambiente do manguezal, portanto as mulheres são responsabilizadas por este meio.

Assim como na pesca, são necessárias certas habilidades, tal como conhecimento a respeito do horário da *maré*, fator que se apresenta como o mais importante nestes trabalhos. Com o conhecimento dos horários da *maré* é possível saber quando entrar e quando sair de dentro do manguezal, este é quem conduz o dia a dia dos pescadores e marisqueiras. O manguezal também exige conhecimentos sobre os caminhos que adentram e saem dele sem cair em uma lama profunda; é preciso saber a lama adequada para cada espécie, como lugar de preferência do *sururu*, do *siri de mangue*, do *aratu*, do *caranguejo*, etc.; saber em qual buraco tem o marisco; as indumentárias adequadas para a atividade dentro da lama, habilidade como o manuseio da ferramenta, dentre outros. Dentro deste ecossistema, as trabalhadoras estão expostas a diversos riscos, nem todas as pessoas da comunidade arriscam exercê-lo. Apenas quem possui os conhecimentos exigidos na realização da atividade está apto para ir ao manguezal, principalmente os manguezais mais longínquos.

De acordo com as marisqueiras, o trabalho na pesca é desgastante, entretanto, a mariscagem exige mais esforço. Catar o *siri*, por exemplo, exige esforços intensos que podem ocasionar lesões em várias partes do corpo, como a mão, pelo movimento



repetitivo feito tanto na captura como no beneficiamento; pode ocasionar lesão na coluna pela postura no momento de realizar a atividade, onde as marisqueiras ficam quase que o dia inteiro sentadas; E ainda afeta a visão, por ser uma atividade que cujo beneficiamento exige muito foco e esforço com os olhos.

CONSIDERAÇÕES

A partir do que foi exposto, constata-se que, para os moradores de São Braz, as representações sobre o trabalho na pesca são marcadas pelo gênero, fazendo com que as atividades que exigem força e coragem sejam atribuídos aos homens, enquanto as atividades considerados leves e de paciência sejam atribuídas às mulheres. A pesca é, portanto, uma atividade de atribuição masculina por ser realizada no mar, ambiente que carrega o estigma de perigo e por ser um espaço que exige habilidades específicas na relação entre pessoa e ambiente a partir do uso de instrumentos (redes, varas, anzóis, etc.). Acredita-se que é atividade de atribuição masculina por exigir força física, “ausente na mulher”.

Homens e mulheres, no que se refere ao aspecto físico, possuem as mesmas capacidades para realizar as atividades na área pesqueira, no entanto, a divisão de gênero impera entre os moradores, definindo papéis diferenciados para homens e para mulheres. As hierarquias existentes nas atividades delimitam os espaços de poder entre homens e mulheres nos chamados papéis de gênero, espaços que foram constituídos socialmente através das gerações. As atividades são construídas, apreendidas, reforçadas e transmitidas por socialização e prática e, exatamente por esta ser a forma de aprendizagem que a agência masculina e feminina são configuradas para funções distintas.

O que se mantém nesse processo de socialização é uma divisão e repulsa ao ambiente do manguezal, da lama, marcando por uma divisão de gênero este local estigmatizado, “sujo”, propício ao trabalho feminino, enquanto o mar, a água, enquanto representação de limpeza, de “superioridade a lama”, é o ambiente propício para o trabalho masculino. Foram observados casos emblemáticos de mulheres que transpõem esta fronteira e realizam as atividades da pesca no mar, sendo que também existem homens que desafiam tais fronteiras e realizam a mariscagem. Entretanto, a nomenclatura ou caracterização é pré-estabelecida tradicionalmente, onde a mulher é identificada



como marisqueira e o homem como pescador, independentemente de sua atuação no mar ou mangue. Os trabalhos das mulheres na pesca e/ou mariscagem não são vistos como atividades produtivas, o que termina por invisibilizar as atividades exercidas por elas.

Diante do exposto, percebemos que as hierarquias dizem respeito não às habilidades, aos aspectos físico/biológicos, mas às relações de gênero, relações de poder estabelecidas entre homem e mulher a partir das representações apreendidas, transmitidas e reforçadas na socialização de gênero, que demarca hierarquias e posiciona o trabalho do homem como superior ao da mulher. Ademais, é preciso colocar em discussão o próprio conceito de pesca, uma vez que as mulheres participam de processos que envolvem a cadeia produtiva do trabalho. Desta forma, estando a mulher também envolvida com os processos da pesca, esta deveria estar enquadrada na categoria de pescadora, mas, por todos os fatores já mencionados acima, o processo de nomeação está intrinsecamente ligado a aspectos sociais que subalternizam a mulher.

Em todo caso, o que realmente importa não é a nomeação dada a homem e mulher, mas o reconhecimento dado a estes trabalhadores e a seus trabalhos. É preciso garantir a manutenção dos processos de trabalho da pesca e/ou mariscagem e, assim, garantir a existência das comunidades. Para tanto, se faz necessária a formulação e implementação de políticas sociais específicas para os/as trabalhadores/as destas áreas, em especial a mulher, cujo trabalho não é reconhecido.

Referências

BARTH, Fredrik; “*Grupos étnicos e suas fronteiras*”. In: Teorias da Etnicidade. Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

FASSARELLA, Simone Simões. O trabalho feminino no contexto da pesca artesanal: percepções a partir do olhar feminino / The woman’s labor as part of craft fishing: perceptions from women’s viewpoint. *SER Social*. Brasília, v.10, n. 23, jul./ dez. 2008. p. 171-194.

GROSSI, Miriam Pillar. Masculinidades: uma revisão teórica. In: *Antropologia em primeira mão*. UFSC, 2004. Disponível: <http://www.antropologia.ufsc.br/75.%20grossi.pdf> Acesso em: 20 de maio de 2017.

MCCALLUM, Cecília. Aquisição de gênero e habilidades produtivas: o caso Kaxinawá. *Revista de Estudos Feministas*, v. 7, n. 1-2, 1999. p. 157-175.



ORTNER, S. Está a mulher para a natureza, assim como o homem para a cultura?, In: Rosaldo, MICHELLE Z. & LAMPHERE, L. *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz E Terra, 1979. p. 33-64.

SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço – técnica e tempo. Razão e Emoção*. / Milton Santos – 4. ed., 8. reimpr. – São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2014.

SILVA, Luciene Assunção da; Mulheres masrisqueiras e o uso de ‘novas’ tecnologias no Recôncavo Baiano – uma reflexão crítica feminista sobre as intervenções do Estado em comunidades tradicionais; *Fazendo Gênero 9 – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, agosto de 2010. p. 01-11.

Recebido em junho de 2017
Aprovado em setembro de 2017